CORREIO PAULISTA

POR **ANDRE SOUZA**

RODRIGO ROMEO/ALESP



Apeoesp esteve presente na Alesp durante a Sessão desta terça-feira(3)

Alesp: projeto sobre mudanças nas carreiras docentes não é votado

O Projeto de Lei 1316/2025, de autoria do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), foi retirado da pauta da reunião de líderes da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) nesta terça-feira (3). Com isso, a proposta também não foi votada durante a sessão ordinária do mesmo dia. O anúncio foi feito pelo presidente da Casa, André do Prado (PL). A deputada estadual Professora Bebel (PT) e a Apeoesp, sindicato que representa professores da rede estadual, organizaram uma manifestação em frente ao Parlamento para pressionar contra a votação. O projeto altera regras da carreira do magistério, incluindo critérios de promoção vinculados à avaliação de desempenho, possibilidades de remoção de docentes e formas de contabilização de faltas. A entidade sindical critica as mudanças e afirma que elas podem prejudicar os profissionais da educação. A retirada da pauta não significa arquivamento do projeto.

Pedágios eletrônicos sobem 4,58% em SP

Os pedágios eletrônicos da concessionária Novo Litoral, em São Paulo, ficaram 4,58% mais caros desde 1º de novembro. O reajuste, autorizado pela Artesp, acompanha a inflação medida pelo IPCA e atinge trechos da Mogi-Dutra, Mogi-Bertioga, Rio-Santos e Padre Manoel da Nóbrega. Para carros de passeio, a tarifa passou a R$ 7,27 em Bertioga, R$ 6,07 em Santos, R$ 5,85 em Miracatu, R$ 2,08 em Mogi das Cruzes e R$ 1,63 em Arujá. Motocicletas seguem isentas e motoristas com tag recebem desconto de 5% na tarifa.

DIVLUGAÇÃO/CONCESSIONÁRIA NOVO LITORAL



Trecho atinge Mogi-Dutra, Mogi-Bertioga, Rio-Santos e Padre Manoel

Governo atualiza regras de moradia para idosos

O governo de São Paulo atualizou as regras do Programa Vida Longa, que oferece moradia a idosos em situação de vulnerabilidade social. Para participar, é necessário ter 60 anos ou mais, renda de até dois salários mínimos, inscrição no CadÚnico e residência no município há pelo menos dois anos. Beneficiários do BPC terão prioridade. A resolução, publicada nesta terça-feira (3), também estabelece exigências para a adesão das prefeituras, que ficarão responsáveis pela gestão dos empreendimentos.

Metrô prorroga contrato da Linha 15-Prata

O Metrô de São Paulo prorrogou até 2032 o contrato com o Consórcio Expresso Monotrilho Leste, responsável por obras e sistemas da Linha 15-Prata. O 20º aditivo, assinado em 26 de outubro, amplia o prazo de execução até junho de 2032 e a vigência até outubro. O documento também prevê acréscimo de R$ 1,69 milhão, inclusão de novos serviços e mudanças nos critérios de reajuste e pagamento previstos no contrato.

Mudanças Secretariado I

O governador reeleito Tarcísio de Freitas (Republicanos) prepara mudanças no secretariado para o próximo mandato. Geraldo Melo Filho, da Agricultura, Marília Marton, da Cultura, e Natália Resende, de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, estão entre os nomes cotados para permanecer. A nova equipe deve ser anunciada nos próximos dias.

Mudanças Secretariado II

A principal alteração pode ocorrer na Saúde, após Eleuses Paiva (PSD) comunicar sua saída. Luiz Carlos Zamarco, secretário municipal da Saúde de São Paulo, e Maurício Serpa, adjunto estadual, são cotados para substituí-lo. Nos bastidores, o MDB pode ganhar espaço no governo, enquanto o PSD, ligado a Gilberto Kassab, corre o risco de perder influência.

Nível do Cantareira

O Sistema Cantareira encerrou outubro com 51,2% da capacidade, superando a marca de 50% pela primeira vez em mais de 16 meses. Segundo a Sabesp, as chuvas no mês chegaram a 210,8 milímetros, 62% acima da média histórica. Apesar da recuperação, o principal manancial da Grande São Paulo continuará operando na faixa de atenção durante novembro.

Associação dos Advogados

A Associação dos Advogados de São Paulo (AASP) realizará, em 1º de dezembro, eleição para renovar sete vagas do Conselho Diretor. A votação ocorrerá das 13h às 18h, nas unidades Centro e Jardim Paulista, na capital. Poderão concorrer chapas com sete associados que tenham mais de cinco anos de inscrição na OAB-SP e três anos na AASP.

Engenharia em Piracicaba

A Secretaria da Educação de São Paulo homologou o Parecer CEE 277/2026, que autoriza o funcionamento do curso de Engenharia Elétrica na Escola de Engenharia de Piracicaba. Serão oferecidas 120 vagas anuais, sendo 80 no período noturno e 40 no diurno. A decisão foi formalizada em resolução de 29 de outubro e publicada na terça(3).

Agência Reguladora

A Arsesp publicou nesta terça-feira (3) novas regras para elaboração, assinatura e publicação de atos administrativos. A norma define responsabilidades de servidores e dirigentes e impede que chefias alterem pareceres técnicos. Em caso de discordância, será exigida manifestação separada e fundamentada, preservando a autoria original dos documentos.

DIVULGAÇÃO/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Capitão Augusto (PL) foi o primeiro a questionar reclassificação do desenho

Deputados de SP tentam derrubar reclassificação de desenhos bíblicos

Ministério da Justiça e Segurança Pública trocou a classificação livre para +12

Da **Redação**

A decisão do Ministério da Justiça e Segurança Pública de alterar a classificação indicativa do programa "Record Kids – Desenhos Bíblicos" provocou uma reação na Câmara dos Deputados. Nesta terça-feira (3), parlamentares apresentaram cinco propostas para questionar ou suspender a medida, que passou a considerar o conteúdo não recomendado para menores de 12 anos.

A Portaria nº 2.272, publicada em 29 de outubro, aponta quatro descritores para justificar a classificação: atos criminosos, drogas lícitas, violência e estigma ou preconceito. O documento também recomenda que o programa seja exibido na televisão aberta a partir das 20h.

Os deputados Capitão Augusto (PL-SP) e Delegado Palumbo (Podemos-SP) apresentaram projetos de decreto legislativo para sustar os efeitos da portaria. Ambos argumentam que a decisão não identifica os episódios ou cenas que justificariam a mudança e questionam possíveis impactos sobre a liberdade religiosa.

Capitão Augusto também apresentou requerimento à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado para convocar o ministro da Justiça, Wellington César Lima e Silva, a prestar esclarecimentos sobre a reclassificação.

Outro requerimento, apresentado por Julio Cesar Ribeiro (Republicanos-DF) e assinado por mais sete deputados, solicita cópia integral do processo administrativo e explicações sobre os critérios utilizados. Entre os signatários está Maria Rosas (Republicanos-SP).

A parlamentar paulista também protocolou um pedido individual com 12 questionamentos ao ministério. Ela quer saber quais cenas foram analisadas, se houve manifestação da emissora, se existem recursos administrativos e se a recomendação de horário tem caráter obrigatório ou apenas orientativo.

Os parlamentares citam dispositivos constitucionais sobre liberdade de expressão e religião. Também questionam se a análise respeitou a regulamentação que proíbe diferenças de classificação baseadas em divergências religiosas.

A classificação indicativa tem caráter orientativo e não representa, por si só, proibição de exibição em determinado horário. As propostas ainda dependem de tramitação na Câmara e não alteram automaticamente a decisão do ministério.